

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

**(67) 3318-2091** e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

**(67) 3357-2449** e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 720/2024-PGJ, DE 22.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

RESOLVE:

Conceder ao Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki 5 (cinco) dias de folga compensatória de 22 a 26.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-205/2024/PGJ, DE 26.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

RESOLVE:

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009- PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	11	19 a 29.2.2024	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-206/2024/PGJ, DE 26.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

RESOLVE:

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009- PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2018/2019	5	24 a 28.6.2024	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº e-218/2024/PGJ, DE 26.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Lenice Mie Joboji, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 10 a 29.5.2024 e de 11 a 20.9.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-219/2024/PGJ, DE 26.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Silvia Mara Manvailer Gomes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 14.10 a 2.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 8 a 17.1.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-220/2024/PGJ, DE 26.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Ana Laura Mariano Trivellato, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas de 22.4 a 11.5.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 18 a 27.11.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-221/2024/PGJ, DE 26.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Renata Valeria Brito Espindola, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 3 a 22.6.2024 e de 7 a 16.1.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-222/2024/PGJ, DE 26.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Carlos Alberto Arguelho, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 2 a 11.5.2024 e de 18 a 27.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 22.4 a 1º.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-223/2024/PGJ, DE 26.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Laura Aparecida Soares Pedroso, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.3.2025 e de 1º a 10.9.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22.4 a 1º.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-224/2024/PGJ, DE 26.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05.05.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Taiane Pinheiro Bogarim, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 10 a 19.4.2024 e de 6 a 15.5.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 2 a 11.12.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-225/2024/PGJ, DE 26.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Silvia Mara Manvailer Gomes, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 2 a 21.5.2024 e de 17 a 26.6.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-229/2024/PGJ, DE 26.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Edna de Barros Manzoni, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 22 a 31.7.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 16 a 25.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-230/2024/PGJ, DE 26.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Alyne Chaves Cruz, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 23.4 a 12.5.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 13 a 22.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-231/2024/PGJ, DE 26.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Leandro da Silva Andrade, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.5.2024 e de 16 a 25.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administra

**PORTARIA Nº e-234/2024/PGJ, DE 26.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Paulo Henrique Gonçalves Rezende, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 22 a 31.7.2024 e de 7 a 16.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 3 a 12.2.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-235/2024/PGJ, DE 26.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Carlos Alberto Reis Nogueira Junior, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 24.4 a 3.5.2024 e de 3 a 12.6.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 17 a 26.6.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-236/2024/PGJ, DE 26.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Jose Pereira de Viveiros Filho, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 7 a 16.1.2025 e de 14 a 23.7.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 10 a 19.12.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-237/2024/PGJ, DE 26.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-86/2024-PGJ, de 29.1.2024, que concedeu férias à servidora Christiane Naomi Hiratsuka, de forma que, onde consta: "de 9 a 18.9.2024", passe a constar: "de 11 a 20.9.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-238/2024/PGJ, DE 26.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Thais da Silva Rodrigues, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 3 a 12.6.2024 e de 27.8 a 5.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 1º a 10.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO****MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL****PREGÃO Nº 09/PGJ/2023 – ELETRÔNICO****PROCESSO Nº 09.2023.00001917-5****UASG – 453860**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça** comunica aos interessados que, com referência ao **Pregão Eletrônico nº 09/PGJ/2023 (Processo nº 09.2023.00001917-5)**, destinado à contratação de serviços técnicos especializados de comunicação de dados redundantes nas modalidades terrestres de intranet e de internet, pelo prazo inicial de 5 (cinco) anos, a sessão de abertura foi suspensa para reanálise das condições do certame.

Campo Grande, 27 de fevereiro de 2024.

**BIANKA KARINA BARROS DA COSTA**

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

**COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL****EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 03/2023**

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2023.00000385-0

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatária: 2º Conselho Tutelar – Região Norte, representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, José Mário Antunes da Silva

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 26 de janeiro de 2023.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Monitor	20
2	CPU	10
<b>TOTAL DE ITENS</b>		<b>30</b>





**EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 28/2023**

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2023.00000385-0

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatária: 5º Conselho Tutelar – Região Lagoa, representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, José Mário Antunes da Silva

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 15 de maio de 2023.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Estante	1
2	Cadeira	14
3	Poltrona	7
4	Mesa	1
5	Suporte CPU	5
6	Impressora	1
7	Umidificador	1
8	Scanner	5
9	Monitor	10
10	CPU	5
11	Relógio	1
12	Ar-condicionado split	5
TOTAL DE ITENS		56

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/PGJ/2019**

Processo nº PGJ/10/4147/2018 - PGA nº 09.2022.00012593-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **VETT – VIA EXPRESS TECNOLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, representada por **Ari Francisco Machado**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 54/PGJ/2018.

Amparo legal: artigo 57, §4º, e artigo 65, inciso II, alínea “d”, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses, e redução, no importe de R\$ 3.074,61 (três mil setenta e quatro reais e sessenta e um centavos) mensal, do valor contratado.

Valor contratual mensal: R\$ 9.223,83 (nove mil duzentos e vinte e três reais e oitenta e três centavos).

Vigência: 27.02.2024 a 27.02.2025.

Data de assinatura: 27 de fevereiro de 2024.



**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 013/PGJ/2024**

Processo: 09.2024.00000028-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **BRUNO RIBEIRO ALVES**, representada por **Bruno Ribeiro Alves**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000078, de 09.01.2024.

Vigência: 20.02.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 20 de fevereiro de 2024.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 026/PGJ/2024**

Processo: 09.2024.00000049-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **EDUARDO CASTRO MILANEZ**, representada por **Eduardo Castro Milanez**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 1.485,00 (um mil quatrocentos e oitenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000126, de 11.01.2024.

Vigência: 27.02.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 27 de fevereiro de 2024.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 029/PGJ/2024**

Processo: 09.2024.00000060-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **ATACADO DA CASA LTDA**, representada por **Alysson Rodovalho Maciel**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 108,00 (cento e oito reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000129, de 11.01.2024.

Vigência: 27.02.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 27 de fevereiro de 2024.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 040/PGJ/2024**

Processo: 09.2024.00000078-0

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **W P COMÉRCIO DE GÁS LTDA**, representada por **Wilzo Padilha Vieira**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Amambai/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais), nos termos da Nota de Empenho 2024NE000149, de 12.01.2024.

Vigência: 27.02.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 27 de fevereiro de 2024.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 043/PGJ/2024**

Processo: 09.2024.00000321-0

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **DEMARKA DECORAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Marcia Helena de Campos Arce**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Prestação de serviço de aplicação e remoção de película de proteção solar (insulfilm), para atender as Sedes do Ministério Público desta Capital.

Valor estimado mensal: R\$ 1.562,50 (um mil quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), nos termos da Nota de Empenho 2024NE000355, de 25.01.2024.

Vigência: 27.02.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 27 de fevereiro de 2024.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 044/PGJ/2024**

Processo: 09.2024.00000317-6

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **DEMARKA DECORAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Marcia Helena de Campos Arce**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Prestação de serviço de reforma, substituição e lavagem de persianas para atender o Departamento de Serviços Gerais/PGJ.

Valor estimado mensal: R\$ 1.295,83 (um mil duzentos e noventa e cinco reais e oitenta e três centavos), nos termos da Nota de Empenho 2024NE000356, de 25.01.2024.

Vigência: 27.02.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 27 de fevereiro de 2024.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 63ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>1</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900747-72.2024.8.12.0001, em que constam como investigado A Apurar e vítima Evandro de Souza Gomes, conforme se transcreve: “Outrossim, não se vislumbra, no momento, a possibilidade de realização de quaisquer diligências capazes de trazer aos autos elementos suficientes para se demonstrar a autoria, necessária para se iniciar a persecução penal. Dessa forma, requer-se o arquivamento do presente inquérito policial em referência, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, por falta de justa causa para instauração da ação penal”.

Campo Grande/MS 27 de fevereiro de 2024.

RICARDO BENITO CREPALDI  
Promotor de Justiça

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****AQUIDAUANA****EDITAL N.º 001/2024-1ªPJCA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2024.00001034-4 - 1ªPJCA. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>. Contato (67) 2020-9318.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001034-4 – 1ªPJCA  
Requerente: Ministério Público Estadual  
Requeridos: Agropecuária Coelho Maymone Ltda.  
Assunto: Acompanhar o TAC firmado nos autos de IC 06.2023.00000134-1

Aquidauana - MS, 27 de fevereiro de 2024.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA  
1ª Promotora de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900007-05.2024.8.12.0005, em que constam como vítima Rodrigo Brites Coelho, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 27 de Fevereiro de 2024.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI  
Promotor de Justiça

<sup>1</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900712-37.2023.8.12.0005, em que constam como investigado Edson Borges de Carvalho, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 27 de Fevereiro de 2024.

JOÃO MENECHINI GIRELLI  
Promotor de Justiça

---

**BATAYPORÃ**

---

**EDITAL Nº 0004/2024/PJ/BIP**

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2023.00001425-8, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001425-8

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Transportadora Batista Duarte Ltda

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 575,70 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Brilhante IV, em Taquarussu/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme o Auto de Infração n. 009028/2022 e Laudo de Constatação n. 011284/2021.

Batayporã, 27/02/2024.

FELIPE ALMEIDA MARQUES  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0005/2024/PJ/BIP**

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2024.00000141-2, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000141-2

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Maria Matilde Guerreiro de Oliveira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental decorrentes da omissão praticada em não apresentar o Projeto de Recuperação Área Degradada - PRAD, referente a área desmatada de 85,99 hectares, na Fazenda Primavera, Gleba L, em Batayporã/MS, conforme Relatório de Fiscalização n. AU94SWJ.

Batayporã, 27/02/2024.

FELIPE ALMEIDA MARQUES  
Promotor de Justiça



---

**CASSILÂNDIA**

---

**RECOMENDAÇÃO N. 0007/2023/02PJ/CLA****Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005987-8**

*Recomenda ao Município de Cassilândia que cumpra o estabelecido na Lei 13.925/2019.*

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pela Promotora de Justiça, no exercício das atribuições constitucionais e legais conferidas pelo art. 129, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988); art. 1, da Lei nº 8.625/1993, bem como pela Resolução nº 164/2017 do CNMP, observando-se os limites de suas atribuições,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, cabendo-lhe, dentre outras atribuições constitucionais, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis das crianças e adolescentes, nos termos do art. 127 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no seu artigo 227, *caput*, e a Lei 8.069/90, artigo 4º, estabelecem que devem ser assegurados com absoluta prioridade os direitos fundamentais inerentes à infância e à adolescência, entre eles o direito à educação;

CONSIDERANDO que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", conforme artigo 205 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que os municípios são responsáveis por fornecer a educação de base, ou seja: creches (até 3 anos), pré-escolas (educação infantil; 4 e 5 anos) e o ensino fundamental (7 a 14 anos).

CONSIDERANDO que a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente garantem a toda criança e adolescente, com absoluta prioridade, direitos fundamentais, assegurando-lhe primazia em receber proteção e socorro, precedência no atendimento nos serviços públicos, preferência na formulação de políticas e destinação privilegiada de recursos para sua proteção;

CONSIDERANDO que a Lei de nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica;

CONSIDERANDO que, no artigo 2º da Lei 13.935/2019 consta o seguinte: " Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições";

CONSIDERANDO que a Lei de nº 13.935/2019 foi publicada na data de 12 de dezembro de 2019, restando configurado o decurso de prazo estabelecido no artigo 2º para o sistema de ensino público implementar o estabelecido na Lei 13.935/2019;

CONSIDERANDO que no contexto escolar os Profissionais de Psicologia e Serviço social contribuirão significativamente no desenvolvimento de ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem com a participação da comunidade escolar, mediante a realização de mediação das relações sociais e institucionais, possibilitando a cooperação de uma visão ampla das questões social;

CONSIDERANDO, por fim, que os agentes públicos devem obrigatoriamente velar pela observância dos princípios constitucionais regentes da Administração Pública esculpidos no artigo 37 da CF/1988, quais sejam a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público promover audiências públicas e emitir relatórios, anuais ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito.



RECOMENDA ao Prefeito Municipal de Cassilândia/MS, que adote todas as medidas administrativas necessárias no seguinte sentido:

Que cumpra, em sua integralidade, o estabelecido na Lei 13.925/2019, a qual dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação.

Que inclua no iminente concurso público municipal a previsão de vagas para o cargo de Assistente Social e Psicólogo, ainda que em cadastro reserva, para fins de possibilitar o cumprimento do estabelecido na Lei 13.925/2019.

Que adote as providências orçamentárias e administrativa para criação dos cargos de Assistência Social e Psicólogo, vinculadas a Secretaria Municipal de Educação, para fim de possibilitar o cumprimento do estabelecido na Lei 13.925/2019, suprimindo a deficiência na rede escolar e no CREAS.

No mais, nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. único do art. 45 da Resolução n.º 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no art. 27, par. Único, inc. IV, da Lei 8.625/93, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL:

1. *Requisita* ao destinatário que, no prazo de 10 (dez) dias, responda por escrito a esta Promotoria de Justiça acerca do acolhimento da presente recomendação;

2. Com fulcro no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), requisita ao destinatário a divulgação de forma imediata e adequada a presente Recomendação, inclusive por meio de divulgação nas rádios locais;

Por fim, adverte-se ao destinatário que o não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, aos responsáveis, nos termos supra fundamentados.

Remeta-se cópia desta Recomendação para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do MP/MS (DOMP).

Cassilândia/MS, 02 de fevereiro de 2024.

MAYARA SANTOS DE SOUSA  
Promotora de Justiça em substituição legal

#### EDITAL Nº 0021/2024/02PJ/CLA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a Conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil nº 06.2023.00000405-0, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: "<http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>"

O referido expediente também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, bairro Alto Izanópolis, Cassilândia-MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000405-0

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Cassilândia-MS

Objeto: Apurar dano ambiental decorrente de ausência de sistema de drenagem na rua São José e imediações, Vila Pernambuco, nesta cidade de Cassilândia-MS e adotar junto à municipalidade as medidas cabíveis para sanar a problemática.

Cassilândia-MS, 26 de fevereiro de 2024

MAYARA SANTOS DE SOUSA  
Promotora de Justiça em substituição legal

**EDITAL Nº 0020/2024/02PJ/CLA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a Conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil nº 06.2023.00000464-9, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: "<http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>"

O referido expediente também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, bairro Alto Izanópolis, Cassilândia-MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000464-9

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: DURATRAT Comércio de Madeira LTDA

Objeto: Apurar poluição hídrica praticada pela empresa DURATRAT Comércio de Madeira LTDA, conforme Auto de Infração/IMASUL n.3528/2023

Cassilândia-MS, 26 de fevereiro de 2024

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça em substituição legal

---

**PARANAÍBA****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2º Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0804907-52.2023.8.12.0018, em que constam como autores e vítimas Wendy Riposati Kemparski e Daiane Aparecida dos Santos, conforme se transcreve: “Pelo exposto, à míngua de justa causa que permita a *persecutio criminis in iudicio*, ordeno o arquivamento deste inquérito policial, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula nº 524 do Supremo Tribunal Federal.”

Finalidade: A cientificação da parte Wendy Riposati Kemparski, uma vez que não manteve atualizados e o endereço informado no boletim de ocorrência registrado na Delegacia de Polícia.

Paranaíba/MS, 26 de fevereiro de 2024.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

2º Promotor de Justiça

---

**RIO VERDE DE MATO GROSSO****EDITAL Nº 0017/2024/PJ/RVG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000144-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Frederico Gasperin

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da queima de 59,76 hectares, sendo 39,83 fora da área de Reserva Legal e 19,93 hectares dentro da área de Reserva Legal, na Fazenda Palomita, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 558/23/NUGEO (Programa Pantanal em Alerta) e Relatório de Fiscalização Ambiental n. 026/3ºGPMA/2ºPEL/3ªCIA/BPMA/CPE/2023.

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 26 de fevereiro de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça



**SIDROLÂNDIA****NUMERO DO MP: 08.2022.00142991-0,****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>2</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima(s) Thyellen Fruto Dourado da decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0002178-05.2022.8.12.0045, conforme segue: “promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas sobre a autoria delitiva, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

2ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia, 26 de fevereiro de 2024.

JANELI BASSO  
Promotora de Justiça

**TRÊS LAGOAS****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>3</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0004972-08.2021.8.12.0021, em que constam como investigado Wilson Oliveira Leal e vítima Felipe Araújo, conforme se transcreve: ante a ausência de um suporte probatório mínimo acerca da prática dos crimes de furto e estelionato, não havendo justa causa para oferecimento de denúncia, o Ministério Público manifesta-se pelo arquivamento do incluso inquérito policial, sem prejuízo, evidentemente, o disposto no art. 18 do CPP.

Três Lagoas, 26 de fevereiro de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>4</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0006849-80.2021.8.12.0021, em que constam como investigado Osmar Ribeiro Marques Junior e vítima Thalia Queiroz de Paula, conforme se transcreve: ante a falta de justa causa para oferecimento de denúncia, aliado ao princípio da intervenção mínima do Direito Penal, o Ministério Público manifesta-se pelo arquivamento do incluso inquérito policial, ressalvado, evidentemente, o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal.

Três Lagoas, 26 de fevereiro de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA  
Promotor de Justiça

<sup>2</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>3</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>4</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>5</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos n.º 0900902-49.2023.8.12.0021, em que constam como investigado Alef Joseph Maciel da Hora e vítima Júlia Damaceno Colino, conforme se transcreve: o Ministério Público Estadual requer a declaração da extinção de punibilidade do investigado, com fundamento no art. 107, inciso IV, do Código Penal e, por conseguinte, seja arquivado o incluso inquérito policial.

Três Lagoas, 26 de fevereiro de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA  
Promotor de Justiça

<sup>5</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”